

AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MARX, ENGELS E GRAMSCI PARA A FORMAÇÃO HUMANA NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Franciele Soares dos Santos ¹

Sueli Ribeiro Comar ²

Resumo: O objetivo do artigo é estabelecer algumas reflexões acerca da necessidade de repensarmos a formação humana no contexto do modo de produção capitalista, com vistas à construção de uma educação para além do capital. Para organizar a discussão dois momentos se destacam. O primeiro refere-se ao pressuposto teórico do materialismo histórico exposto por Karl Marx e Friedrich Engels, e as contribuições desse legado teórico para a formação humana “omnilateral”. Em seguida, e de modo convergente com o primeiro momento, a exposição da perspectiva gramsciana para a formação do homem político e a construção de uma educação revolucionária, a qual não se limita a formação para o trabalho e a alienação humana. Isto se justifica pela convergência entre os três filósofos na construção de uma educação contra hegemônica, ainda tão necessária. Espera-se que as reflexões aqui expostas contribuam para discussões sobre a formação “omnilateral”, ou seja, uma formação humana de caráter crítico e revolucionário.

Palavras-chave: Materialismo Histórico, Formação humana “omnilateral”, Educação.

Abstract: The objective of the article is to establish some reflections concerning the need of we rethink the human formation in the context in the way of capitalist production, with views to the construction of an education for besides the capital. To organize the discussion two moments they stand out. The first refers to the theoretical presupposition of the historical materialism exposed by Karl Marx and Friedrich Engels, and the contributions of that theoretical legacy for the formation human “omnilateral”. Soon after, and in convergent way with the first moment, the exhibition of the perspective gramsciana for the political man's formation and the construction of a revolutionary education, which the formation is not limited for the work and the human alienation. This is justified for the convergence among the three philosophers in the construction of an education against the hegemony, still so necessary. It is waited that the reflections here exposed they contribute to discussions on the formation “omnilateral”, that is to say, a human formation of critical and revolutionary character.

Keywords: Historical materialism, Formation human “omnilateral”, Education.

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Professora Assistente do Centro de Ciências Humanas/UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão- sfranceli@yahoo.com.br

²Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1992), Pós Graduação em Administração Escolar, Orientação e Supervisão pela UNOPAR(2000), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2006). Professora Assistente do Centro de Ciências Humanas/UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão-sueliricomar@bol.com.br

Introdução

As transformações ocorridas historicamente no mundo trabalho estão permeadas de determinações para a formação do trabalhador, o que, por sua vez, ocorre na instituição educativa moderna, denominada de escola. A escola opera alternativas que visam à manutenção do sistema capitalista, bem como, a garantia do poder da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. Além disso, outra questão pertinente para o entendimento desta relação se traduz na compreensão de que as necessidades do mundo do trabalho são correspondidas por meio dos processos educativos.

Por conseguinte, as justificativas para que a classe trabalhadora seja formada sob a ótica do capital são inúmeras. Isso faz com que emersa cada vez mais a necessidade de uma educação para além do capital, como afirma Mézáros (2005). Essa educação deverá estar articulada a uma dimensão formadora do homem, intrinsecamente ligada ao processo de humanização.

Diante destas compreensões, para iniciar nossas reflexões, alguns questionamentos são pertinentes: podemos afirmar que vivemos na atualidade, uma regressão no campo político, social e educacional? Seria como afirma Mézaros (2007) “o fim da capacidade civilizatória do capital”? Por mais desanimadoras que sejam as afirmações, o grande desafio está em trazer os elementos do Materialismo Histórico e da Filosofia da Práxis, mesmo estando Marx e Gramsci, separado de nós por um longo tempo histórico, o que não os impedem de tal contribuição. Pelo contrário, esse legado produz-se mediado pelo campo teórico e prático, ou seja, pela práxis e por meio de processos educacionais revolucionários que possibilitem aos sujeitos o reconhecimento das contradições subumanas do capitalismo em tempos atuais. Contradições estas que nos violentam simbolicamente nos condicionam e nos tornam consumidores de bens que prometem a nossa “total e imediata felicidade”.

Assim, esta reflexão tem como objetivo estabelecer algumas reflexões acerca da necessidade de repensarmos a formação humana no contexto do modo de produção capitalista. Faz parte das discussões realizadas pelo grupo de pesquisa Sociedade Trabalho e Educação no ano de 2011 e 2012. Tal discussão se justifica pela necessidade de possibilitar as novas gerações à oportunidade de estudar e entender a realidade como um processo histórico. Isto porque o capitalismo atual não pode ser visto, por meio de políticas paliativas, como uma forma de capitalismo humanizado.

Ousaremos uma aproximação entre o pensamento de Karl Marx e Antonio Gramsci com vistas à construção de uma educação contra-hegemônica. Isto só é possível porque em linhas gerais Gramsci entende como Marx o caráter histórico das relações sociais, e dessa fidelidade histórica acredita na Filosofia da Práxis, como instrumento pelo qual a classe trabalhadora poderá superar a sua condição de subjugada. Isso implica na afirmação de que tanto Marx quanto Gramsci estavam cientes que o entendimento do caráter contraditório do capitalismo, pelo operariado, seria a condição para a sua libertação.

O materialismo histórico e a formação humana omnilateral: as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels

Em seus escritos, de modo preliminar, Marx traz a tona algo inédito para a sua época, a necessidade do reconhecimento da história como categoria de conhecimento e desvelamento do real. A partir dessa categoria, Marx demonstrou que a história da humanidade assenta-se na satisfação das necessidades humanas e por meio da exploração das condições materiais de existência, que ocorre pela atividade ontológica fundamental para a existência humana, ou seja, pelo processo de trabalho. É a convicção de que “[...] o caráter social é o caráter universal de todo o movimento, assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por ele” (MARX, 2002, p. 139).

Portanto, o materialismo histórico, está sustentado no movimento do real, no modo de produção da vida material que, por sua vez, condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual.

A concepção materialista [...] as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época que se trata (ENGELS, 1979, 54).

Em outras palavras, o materialismo histórico propõe a estruturação de uma teoria que é histórica e, posteriormente, práxis revolucionária, a qual está vinculada ao projeto de superação do capitalismo. Esta superação tem o seu teor exposto de forma brilhante na Tese 11 sobre Feuerbach: “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneira diferente; a

questão, porém, é transformá-lo”. Portanto, Marx não somente desvendou os mecanismos e a forma de acumulação do capital, mas enfrentou a filosofia da época, ou dos seus interlocutores, que insistia em mudar o mundo apenas no campo das ideias. Marx via a classe trabalhadora como *lócus* das relações sociais e humanas dissolvidas ao extremo, ou ainda a face real do capitalismo, um campo especial para a formação política e revolucionária.

Os debates sobre a formação humana omnilateral estão diretamente vinculados a estes pressupostos. Sabemos que, Marx nunca escreveu efetivamente sobre uma pedagogia, em específico. Mas assim como Lombardi (2005), entendemos que ao propor uma conscientização de mundo, sociedade e trabalho, Marx construiu uma matriz formativa e educativa. Isto também pode ser compreendido, quando percebemos que formar para a consciência, implica no entendimento do contexto político, econômico e ideológico, portanto, educação em Marx apresenta este caráter amplo.

Assim, “[...] é perfeitamente compreensível que Marx e Engels tenham voltado sua atenção para o trabalho da criança operária da grande indústria, pois, nesse período, houve a difusão do trabalho infantil em larga escala” (NOGUEIRA, 1993, p.25).

Nesse sentido, Lombardi (2005) faz o seguinte questionamento: Pode-se afirmar que é possível, hoje, a existência de uma “pedagogia marxista”, isto é, uma pedagogia comunista, concebida como parte integrante de um projeto revolucionário de sociedade?

Para Manacorda (1991), nos textos marxianos, há páginas dedicadas à educação, com a atenção voltada às crianças trabalhadoras como, por exemplo, no Manifesto do Partido Comunista (1848), nas Instruções aos delegados (1868), em O Capital e Crítica ao Programa de Gotha (1875). Nesses textos, está apresentado o princípio socialista da pedagogia marxiana, que diz respeito à união entre a instrução e o trabalho na fábrica. Porém, devemos considerar que:

Marx e Engels não fizeram uma exposição sistemática sobre escola e educação. Ao contrário de terem produzido uma “teoria pedagógica”, as posições que foram se desenvolvendo encontram-se diluídas ao longo de toda a vasta obra que produziram, estando a problemática educacional indissociavelmente articulada às diferentes questões sobre as quais se debruçaram (LOMBARDI, 2005,p.8).

Em 1848, Marx e Engels escrevem o Manifesto do Partido Comunista. O texto redigido pelos autores expressa dez medidas que, sendo aplicadas, iniciariam o processo de

transição para a sociedade comunista. Dentre elas, chama atenção a décima medida relativa à educação: “Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Combinação da educação e produção material [...]” (MARX & ENGELS, 2006, p.67). A partir da apresentação dessa medida, os autores inauguram suas primeiras preocupações sobre a questão educativa. É certo que, no Manifesto, a compreensão deste ainda estava tomando forma, adquirindo maturidade. No Manifesto, os autores assumem princípios burgueses do campo da educação, como: universalidade, estatalidade, gratuidade, trabalho. No entanto, a proposta já apresenta caráter socialista, devido ao anúncio, mesmo que tímido, da união instrução com o trabalho (MANACORDA, 1991, p.58).

Textos posteriores – produzidos por Marx – como Instrução aos Delegados e O Capital, indicam um aprofundamento em relação ao Manifesto. A concepção de instrução marxiana é delineada nas “Instruções aos delegados”, proposta esta assumida pela I Internacional dos Trabalhadores, como “[...] o primeiro documento oficial do proletariado moderno sobre a educação, e ensino e a instrução profissional” (LOMBARDI, 2005, p.13)

Nas Instruções³, Marx afirma ser o trabalho de crianças e adolescentes, nas indústrias modernas, um processo “*legítimo e saudável*”, porém e somente, se este for adequado às forças infantis. Para Marx, a criança deve inserir-se no mundo do trabalho, como trabalhador produtivo, a partir dos nove anos de idade. Sua proposta divide em três categorias a educação das crianças e dos jovens trabalhadores. Cada categoria compreende três grupos: o primeiro de 9 aos 12 anos, o segundo de 13 aos 15 anos e o terceiro de 16 aos 17 anos; distribuídos em horários diários de trabalho na fábrica ou no domicílio compreendendo 2, 4, 6 horas, respectivamente. Marx considera inadmissível o emprego do trabalho de crianças e adolescentes nas fábricas, ao menos se este vincule trabalho produtivo e educação⁴. Com essa conclusão Marx formula o conteúdo pedagógico do ensino de caráter revolucionário:

Por educação entendemos três coisas:

1. Educação intelectual.

³ Texto escrito por Marx e entregue aos delegados do comitê provisório londrino do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Genebra (MANACORDA, 1991).

⁴ Torna-se importante ressaltar que Marx defende o trabalho infantil, na perspectiva do trabalho concreto, regulamentado na medida em que nada se pareça com a exploração do trabalho infantil capitalista (GADOTTI, 2002).

2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.

3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de carácter científico de todo processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos das indústrias.

À divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os gastos com tais escolas politécnicas serão parcialmente cobertos com a venda de seus próprios produtos.

Esta combinação trabalho produtivo pago com educação intelectual, os exercícios corporais e formação politécnica elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesas e aristocrática (MARX, 1983, p. 60).

Em *O Capital*, particularmente, no décimo terceiro capítulo, intitulado “A maquinaria e a indústria moderna”, Marx refaz algumas considerações pedagógicas. Tratando da legislação fabril da Inglaterra, especificamente das cláusulas sanitárias e educacionais, Marx afirma que estas foram conscientemente planejadas pela sociedade em consonância com interesses do processo de produção capitalista. As leis sanitárias para ele facilitam aos capitalistas burlá-las; são extremamente pobres e restritas. Já as leis educacionais proclamam a instrução primária como obrigatória para o trabalho, com possibilidade de conjugar ensino e ginástica com trabalho manual. No entanto, a generalização da legislação fabril “destrói todas as formas antiquadas e transitórias, atrás das quais a dominação do capital ainda se esconde em parte, e as substitui por sua dominação direta, indisfarçada” (MARX, 1985, p.100).

Assim, a legislação fabril da Inglaterra previa a instrução primária como obrigatória para o trabalho, de acordo com a necessidade imediata da indústria moderna. Considerando também que as necessidades da indústria moderna constituem-se num alto grau de variações, ou seja, “a indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores” (MARX, 1985, p. 98).

Marx demonstra, em *O Capital*, que, a partir do momento em que o modo de produção capitalista proclama a necessidade de uma escola de carácter tecnológico e politécnico e acaba por engendrar elementos contraditórios que, para Marx, possuem um significado: “[...] o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é

o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma” (MARX, 1983, p.70).

Na Crítica ao Programa de Gotha⁵, o autor reforça essas concepções já contidas nos escritos anteriormente apresentados:

A “interdição geral” do trabalho da criança é incompatível com a própria existência da grande indústria; ela nada mais é, portanto, que um desejo ingênuo e sem nenhum alcance. Sua realização – se isto fosse possível – seria reacionária, pois, desde que garanta uma rigorosa regulamentação do tempo de trabalho segundo as faixas etárias, bem como outras medidas de proteção da criança, o fato de combinar, desde a tenra idade, o trabalho produtivo com a instrução constitui-se num dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual.

(MARX, 1983, p.47)

É certo que a combinação entre estudo-trabalho já havia sido anunciada anteriormente a Marx e Engels pelos socialistas utópicos⁶ do século XIX, particularmente pelo francês Charles Fourier (1772-1837) e pelo inglês Robert Owen (1771-1858). Mas, é especificamente Owen que coloca em prática suas ideias. Segundo Nogueira (1993, p.102), “[...] como outros socialistas utópicos, ele também estava convencido de que a ignorância e a falta de instrução das massas eram as causas de todas as anomalias sociais e que, conseqüentemente, a supressão delas, por intermédio de um sistema de ensino generalizado e racional, erradicaria as injustiças sociais”.

O socialismo científico, inaugurado por Marx e Engels, avança demonstrando que a transformação social é inerente à transformação das condições materiais de existência. Como afirma a Marx:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio

⁵ Nesse documento, Marx afirma: “Uma “educação do povo a cargo do Estado” é inadmissível”, ou seja, Marx repudia a ação do Estado, sugere um “sistema de gestão não burocrático, com a intervenção direta da população trabalhadora através de seus delegados e num marco de democracia direta” (MARX & ENGELS, 1983, p.11).

⁶ A palavra socialismo surge simultaneamente na França e na Inglaterra, na década de 30 do século XIX, em oposição ao individualismo, posteriormente associada ao Movimento de cooperativas, só depois como um sistema social contraposto ao capitalismo. Utopia tem referência ao livro de Thomas Morus, publicado em 1516, no qual o autor fazia uma pesada crítica ao antigo modo de vida. Na obra, o autor imagina uma ilha por ele denominada de Utopia, onde se organizava uma nova sociedade, sem mazelas da sociedade existente: “a partir daí, a palavra utopia passou a designar projetos sociais, concebidos de forma quimérica, sem atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção, sendo por isso não só irrealizáveis como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia que recusam” (TEIXEIRA, 2002, p.27-28).

mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir (MARX, s/d, p.30).

O pressuposto fundamental a ser considerado, quando nos propomos ao debate teórico a respeito dos fundamentos filosóficos da teoria pedagógica socialista, está localizado nas reflexões desses escritos marxianos. Por conseguinte, as implicações pedagógicas fundamentais dos textos marxianos estão presentes no debate sobre a união ensino e trabalho, que, por sua vez, almejam a formação do ser social, a formação omnilateral. Para Lombardi (2005):

[...] o mérito de Marx e Engels pode ser sintetizado por alguns princípios que desvelam o caráter revolucionário de suas propostas. Em primeiro lugar, está a centralidade dialética do trabalho enquanto princípio educativo e que desemboca na proposta de uma educação *omnilateral*, em oposição à unilateralidade da educação burguesa. Trata-se de uma educação que deve propiciar aos homens um desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades. Para tanto, essa educação deve fazer a combinação da educação intelectual com a produção material, da instrução com exercícios físicos e deste com o trabalho produtivo. Tal medida objetiva a eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre concepção e execução, para assegurar a todos os homens uma compreensão integral do processo de produção (p.20-21).

Considerando que a noção de união do ensino com o trabalho, localiza-se inicialmente, na tradição herdada pelo socialismo utópico e superada pelas análises de Marx e Engels a respeito das condições de vida e de trabalho, compreendemos que o debate sobre os fundamentos da teoria pedagógica socialista estão diretamente vinculados aos pressupostos da teoria materialista da história. Isto porque o pensamento pedagógico socialista está diretamente ligado às discussões pedagógicas situadas sob uma perspectiva marxista transformadora, e atrelado a um projeto revolucionário de educação.

Do exposto até aqui, percebe-se que é incontestável a contribuição de Marx e Engels para a construção da educação contra hegemônica na atualidade. E ainda, para entender ao exposto no início deste texto, abordaremos a seguir a convergência do pensamento de Antonio Gramsci com o materialismo histórico.

A escola unitária: as contribuições do pensamento gramsciano

Antonio Gramsci (1891-1937), teórico marxista, aponta no trabalho o princípio educativo da formação humana. Gramsci, em seus escritos, explicita e denuncia a formação dualista que ocorre na escola, no contexto da sociedade capitalista moderna.

Afirma ainda a existência de uma escola humanista para a classe dominante e uma escola profissional para a classe trabalhadora. Para Gramsci (1991, p. 118), no contexto da sociedade capitalista moderna “a divisão da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se aos dominantes e aos intelectuais”. Dessa maneira, ele aponta a tendência profissionalizante da educação para os filhos de operários na sociedade capitalista; uma formação de acordo com a lógica da produção.

Ao mesmo tempo, o autor constrói sua crítica ao modelo de escola que visa somente satisfazer ensinamentos práticos e imediatos ligados à divisão técnica do trabalho. Para o pensador:

A crise terá uma solução que, racionalmente deveria seguir esta linha: a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 2000, p.33).

A escola única ou escola unitária é a chave para compreendermos o pensamento pedagógico gramsciano. Gramsci, em seus escritos sobre escola, reconhece o caráter de classe desta. Por isso, ao fazer a crítica ao modelo de educação desenvolvido na sociedade moderna, propõe a instituição de uma escola diferente, que propicie a união entre trabalho intelectual e trabalho industrial, pois, para ele “o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social” (GRAMSCI, 2000, p.40). Defende também a escola como um dever do Estado, que deve prover o ensino público e gratuito, como um direito de todo o cidadão, proporcionando a este a oportunidade de ser “governante”.

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é,

que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-se mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões em grupos ou castas (GRAMSCI, 2000, p.36).

A escola unitária corresponderia primeiramente, ao nível inicial da escola elementar que:

[...] não deveria ultrapassar três - quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções “instrumentais” da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia e história), deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos “direitos e deveres”, atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra concepções que poderíamos chamar de folclóricas [...] o resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze - dezesseis anos, dever-se-ia poder concluir todos os graus da escola unitária” (GRAMSCI, 2000, p.37).

Para Gramsci, o advento da escola unitária significa a existência de uma escola formativa e de caráter democrático. Além disso, indica a formação de um novo homem, pois essa formação educativa é imprescindível para uma formação humana de caráter omnilateral. Conforme esse autor, a escola pode possuir outras funções além de reprodutora das ideologias dominantes, podendo promover e ser um terreno de luta para a superação de visões fetichizadas. Isto é, a educação deve garantir aos filhos da classe trabalhadora o acesso à cultura historicamente construída e ao conhecimento científico. A escola torna-se, desse modo, autenticamente formativa, tendo como princípio educativo da escola unitária o trabalho:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural do trabalho”. O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os elementos que o libertam de toda magia ou bruxaria e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética do mundo, para a compreensão do movimento do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro” (GRAMSCI, 2000, p.43).

Por conseguinte, a escola unitária é a superação da escola classista. Ao propor esse novo modelo de educação, Gramsci atinge diretamente a formação histórica da escola moderna: a escola de classes. E, como outros teóricos marxistas, reforça a necessidade da união educação e trabalho no âmbito da formação humana. Ou seja, existe por parte dos teóricos marxistas, especificamente em seus escritos sobre educação, a preocupação de unir trabalho e ensino como atividade consciente de intervenção e transformação da realidade⁷.

Ao compreender que a educação em Marx e em Gramsci, pode se constituir um instrumento de emancipação da classe trabalhadora é possível afirmar o quanto atual e necessário torna-se esse chamamento, uma vez que a escola formadora do homem omnilateral ainda não está consolidada. Isso se sustentaria somente com uma concepção mais ampla de educação e de escola, para assim, mudar radicalmente a lógica mistificadora do capital. A educação que romperá com a concepção limitada e interessada de educação está diretamente vinculada ao pensamento pedagógico socialista.

Segundo Mészáros (2005), para a concretização de uma nova ordem social metabólica diferente e da educação de caráter socialista, fundamentada numa teoria pedagógica revolucionária, se torna imprescindível reconhecermos que:

[...] nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da **transformação social emancipadora** e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas (p. 76).

A educação na sociedade capitalista atua justamente na contramão deste processo, ao realizar duas funções essenciais: “[...] (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*” (MÉSZÁROS, 2006, p.275). O autor ressalta que, sendo a sociedade capitalista a mais desigual de toda a história humana, ela precisa dispor de instrumentos que

⁷ Para além dos conflitos sobre o debate da relação trabalho e educação, interessa-nos, neste momento, realizarmos o debate pedagógico sobre essa relação, para assim compreendermos os pressupostos filosóficos da Pedagogia Socialista.

perpetuem e solidifiquem essa hegemonia, tratando a educação, como forma e meio de manutenção do sistema ideológico.

Por sua vez, o pensamento pedagógico socialista encontra-se conectado com as alternativas da construção do socialismo. Nesse sentido, a questão da teoria pedagógica socialista remete-nos à compreensão de que esta tem como objetivo o projeto sociedade socialista e como método o materialismo histórico dialético. Por isso, a necessidade do entendimento de que o termo pedagogia socialista e pedagogia marxista são complementares.

Tendo por referência essa compreensão, podemos concluir que pensar um projeto de transformação social no interior do modo de produção capitalista implica necessariamente assumirmos radicalmente estratégias para a sua realização. A educação, como processo de formação humana, faz parte dessa estratégia.

Considerações Finais

Espera-se que esta reflexão possa contribuir para uma educação menos excludente para a classe trabalhadora. Se o tempo histórico que nos separa dos filósofos aqui analisados, não foi suficiente para a consolidação de uma educação contra hegemônica, é porque as ideias da classe dominante são coercitivas e dispõem de instrumentos para a sua perpetuação. Assim, acreditamos que somente a disseminação do debate poderá instrumentalizar as massas para a desnaturalização do *“status quo”*.

Outro elemento primordial a ser considerado, é que não há verdade absoluta e acabada nas obras filosóficas retratadas nesta reflexão. Mas, é preciso reconhecer que Marx e Gramsci avançam teoricamente, pois mostram a estrutura pela qual a sociedade está organizada, e apontam possibilidades para questionarmos os limites e desigualdades dessa referida estrutura. Portanto, insistimos no estudo do pensamento marxista, cuja base se sustenta na busca pela práxis transformadora.

Referências

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global editora, 1979.
_____. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo, Moraes, 1983.

GADOTTI, M. **História da idéias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática,2002.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOMBARDI, J. e SAVIANI, D. (orgs.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 1, v.1.

_____. Capítulo XIII: A maquinaria e a indústria moderna. In. **O Capital: crítica economia política**. Livro 1, V.1. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. “Instrução aos delegados do Conselho Central Provisório” In: MARX e

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.400p

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOGUEIRA, M. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2 ed. São Paulo: Cortez,1993.

TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Aloísio Teixeira (org.). Rio de Janeiro: Record, 2002.